



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROCESSO SELETIVO ONLINE: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

GRUPO A (Candidatos concorrentes das cidades de atuação Fortaleza e Região Metropolitana)

QUESTÕES OBJETIVAS COM RESPOSTAS CORRETAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Em relação ao ato administrativo e à organização da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o regime jurídico das empresas estatais, em regra, é o próprio das empresas privadas no que tange às obrigações tributárias, civis e comerciais, mas não em relação às obrigações trabalhistas.
- b) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- c) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou o entendimento de que a anulação terá efeitos “ex tunc” no que tange a verbas pagas a servidor público, independentemente da situação de boa-fé;
- d) na seara da teoria dos motivos determinantes, não é válida no direito administrativo brasileiro a motivação aliunde ou “por relação”.

RESPOSTA CORRETA: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

2. Sobre os poderes da Administração e o poder de polícia, marque a opção CORRETA:

- a) Governador e Prefeito não podem expedir decretos autônomos para administração e funcionamento da Administração, mesmo que não implique criação e extinção de órgão, nem criação e aumento de despesa e nem para a extinção de cargos ou funções, quando vagos;
- b) são poderes decorrentes do poder administrativo hierárquico, entre outros, o poder de comando, o poder de fiscalização, o poder de revisão e o poder de punição;
- c) a discricionariedade do ato administrativo significa a análise de oportunidade e da conveniência e, como todo ato administrativo está sujeito ao controle do Poder Judiciário, em virtude do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, tal controle ao qual o Poder Judiciário procede abrange o controle de legalidade e o controle de mérito;
- d) é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

RESPOSTA CORRETA: é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

3. Em relação à improbidade administrativa, marque a opção CORRETA:

- a) na ação de improbidade, a decretação de indisponibilidade de bens pode recair sobre aqueles adquiridos anteriormente ao suposto ato, além de levar em consideração, o valor de possível multa civil como sanção autônoma;
- b) Consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para a configuração dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, exige-se dolo específico e, quanto às condutas que importem dano ao Erário, culpa leve;
- c) nas ações de improbidade administrativa há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo;
- d) é possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

RESPOSTA CORRETA: Na ação de improbidade, a decretação de indisponibilidade de bens pode recair sobre aqueles adquiridos anteriormente ao suposto ato, além de levar em consideração, o valor de possível multa civil como sanção autônoma;

4. São princípios explícitos da Administração Pública na Constituição Federal, exceto:

- a) legalidade;
- b) motivação;
- c) moralidade;
- d) impessoalidade.

RESPOSTA CORRETA: Motivação;

5. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a indenização referente à cobertura vegetal deve ser calculada conjuntamente com o valor da terra nua quando comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo interventivo na propriedade.
- b) a indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, é devida se imposta sobre imóvel urbano e rural, sem a necessidade de demonstração de prejuízo ao proprietário da área.
- c) a indenização pelos danos correspondentes ao fundo de comércio deve ser contemplada na desapropriação.
- d) a invasão de área objeto de expropriação para fins de reforma agrária não é causa de suspensão do processo, pois o direito à moradia é direito constitucional social.

RESPOSTA CORRETA: A indenização pelos danos correspondentes ao fundo de comércio deve ser contemplada na desapropriação



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. João cometeu um homicídio em 1º de janeiro de 2021. Por causa disso, o juiz decretou sua prisão preventiva de ofício, antes de o Ministério Público oferecer a denúncia. O mandado de prisão de João não foi cumprido, porque ele não foi localizado em casa. Posteriormente, em 20 de janeiro de 2021, policiais descobriram que João estava em casa, então, por volta das 22h, arrombaram sua residência e conseguiram prendê-lo. Durante a prisão, os policiais consultaram as mensagens de WhatsApp do telefone celular de João, sem a sua autorização, e encontraram elementos de informação que reforçavam sua participação no homicídio de 1º de janeiro de 2021.

Com base exclusivamente nos fatos mencionados nesta questão, marque a alternativa CORRETA:

a) Foi ilegal a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Foi ilícita a entrada dos policiais na residência de João, mediante arrombamento, às 22h, para cumprir o mandado de prisão. São nulos os elementos de informação obtidos pela polícia, a partir da consulta às mensagens de WhatsApp do celular de João.

b) Foi legal a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Foi ilícita a entrada dos policiais na residência de João, mediante arrombamento, às 22h, para cumprir o mandado de prisão. São válidos os elementos de informação obtidos pela polícia, a partir da consulta às mensagens de WhatsApp do celular de João.

c) Foi ilegal a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Foi ilícita a entrada dos policiais na residência de João, mediante arrombamento, às 22h, para cumprir o mandado de prisão. São válidos os elementos de informação obtidos pela polícia, a partir da consulta às mensagens de WhatsApp do celular de João.

d) Foi legal a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Foi ilícita a entrada dos policiais na residência de João, mediante arrombamento, às 22h, para cumprir o mandado de prisão. São nulos os elementos de informação obtidos pela polícia, a partir da consulta às mensagens de WhatsApp do celular de João.

RESPOSTA CORRETA: Foi ilegal a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Foi ilícita a entrada dos policiais na residência de João, mediante arrombamento, às 22h, para cumprir o mandado de prisão. São nulos os elementos de informação obtidos pela polícia, a partir da consulta às mensagens de WhatsApp do celular de João.

7. Mario foi preso em flagrante delito pela suposta prática de tráfico de drogas, uma vez que trazia consigo quatro trouxinhas de uma substância esverdeada e 30 reais em notas de pequeno valor. Foi realizado Exame Preliminar de Constatação de Drogas na substância esverdeada apreendida com Mario, porém, não foi identificada a sua natureza. Ao ser interrogado na delegacia, Mario permaneceu em silêncio. Mario pediu para entrar em contato com sua mãe para comunicar sua prisão, mas a autoridade policial não permitiu, alegando que ele somente poderia receber a assistência de um advogado. O juízo da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza/CE converteu a prisão em flagrante de Mario em prisão preventiva, após requerimento do Ministério Público na audiência de custódia. Marque a alternativa verdadeira, levando em consideração apenas os fatos narrados nesta questão:



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) A prisão de Mario é ilegal e deve ser relaxada. O fato de Mario ter ficado em silêncio em seu interrogatório não pode ser interpretado em seu prejuízo. Mario tinha direito de receber a assistência da família.
- b) A prisão de Mario é ilegal e deve ser relaxada. O fato de Mario ter ficado em silêncio em seu interrogatório pode ser apontado como indicativo de que praticou um crime. Mario não tinha direito de receber a assistência da família.
- c) A prisão de Mario é legal. O fato de Mario ter ficado em silêncio em seu interrogatório não pode ser interpretado em seu prejuízo. Mario tinha direito de receber a assistência da família.
- d) A prisão de Mario é legal. O fato de Mario ter ficado em silêncio em seu interrogatório pode ser apontado como indicativo de que praticou um crime. Mario não tinha direito de receber a assistência da família.

RESPOSTA CORRETA: A prisão de Mario é ilegal e deve ser relaxada. O fato de Mario ter ficado em silêncio em seu interrogatório não pode ser interpretado em seu prejuízo. Mario tinha direito de receber a assistência da família.

8. São Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal, EXCETO:

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

RESPOSTA CORRETA: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição

9. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Somente a Defensoria Pública da União pode atuar no âmbito do Superior Tribunal de Justiça
- b) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o Defensor Público não precisa de inscrição na OAB para exercer suas funções.
- c) Não configura o crime de desobediência a hipótese de não atendimento por Defensor Público-Geral de requisição judicial de nomeação de defensor.
- d) O Governador do Estado é obrigado a efetuar o repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados, pela lei orçamentária, à Defensoria Pública estadual.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RESPOSTA CORRETA: Somente a Defensoria Pública da União pode atuar no âmbito do Superior Tribunal de Justiça

10. Marque a alternativa que não representa o entendimento mais recente do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

- a) É constitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a “ideologia” (ou identidade) de gênero nas escolas municipais
- b) Não se aplica para o reconhecimento dos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição da reincidência, previsto no art. 64, I, do Código Penal.
- c) É inconstitucional a determinação de afastamento automático de servidor público indiciado em inquérito policial instaurado para apuração de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- d) o Poder Público pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19, prevista na Lei nº 13.979/2020.

RESPOSTA CORRETA: É constitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a “ideologia” (ou identidade) de gênero nas escolas municipais

DIREITO CIVIL

11. Sobre a vigência da lei, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.
- b) A lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare ou quando seja com ela incompatível;
- c) a repristinação da norma é admitida pela Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro;
- d) A lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, não sendo autorizado ao legislador prever vacatio legis diverso.

RESPOSTA CORRETA: A repristinação da norma é admitida pela Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro;

12. Sobre capacidade civil, pessoas jurídicas, domicílio e bens, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são incapazes relativamente a todos os atos da vida civil.
- b) O incapaz tem domicílio necessário, que corresponde ao domicílio do seu representante ou assistente.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as organizações religiosas, os partidos políticos, as autarquias e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- d) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RESPOSTA CORRETA: O incapaz tem domicílio necessário, que corresponde ao domicílio do seu representante ou assistente.

13. Sobre os alimentos, leia os itens a seguir:

I - A pretensão de haver prestações alimentares decai em dois anos, a contar da data que se vencerem.

II - De acordo com o STJ, cancelamento da pensão alimentícia do filho que atingiu a maioridade não está sujeito a decisão judicial.

III - Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante, não devendo ser levada em conta a situação financeira da pessoa obrigada.

IV - Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira do alimentado, poderá o alimentante, conforme as circunstâncias, reclamar ao juiz a exoneração ou a redução do encargo.

Assinale a proposição CORRETA:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) O item I está incorreto.
- d) Todos os itens estão incorretos.

RESPOSTA CORRETA: O item I está incorreto.

14. Sobre posse e usucapião, assinale a alternativa CORRETA:

a) Aquele que, por doze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

b) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.

c) O possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação, mantido no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

d) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

RESPOSTAS CORRETA: Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

15. Acerca do Direito das Famílias, assinale a alternativa INCORRETA:

FIEC
Federação das
Indústrias do
Estado do Ceará

Av. Barão de Studart, 1980
Aldeota, Fortaleza/CE,
CEP: 60120-024

Tel (85) 4009 6300
www.sfipec.org.br

SESI
Serviço Social
da Indústria

SENAI
Serviço Nacional
de Aprendizagem Industrial

IEL
Instituto
Euvaldo Lodi



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) O pai ou a mãe que entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção perderá o poder familiar, independentemente de decisão judicial.
- b) Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- c) Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.
- d) No regime de comunhão parcial, entram na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que em nome de um só dos cônjuges.

RESPOSTA CORRETA: O pai ou a mãe que entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção perderá o poder familiar, independentemente de decisão judicial.

16. João contraiu matrimônio com Maria. Após um ano, ainda sem descendentes, Maria veio a falecer. Considerando que os pais de Maria estão vivos, de acordo com o Código Civil, a sua herança será transmitida:

- a) apenas ao cônjuge.
- b) apenas aos pais da falecida.
- c) aos pais da falecida, em concorrência com o cônjuge.
- d) ao cônjuge, aos pais da falecida e a eventuais irmãos desta

RESPOSTA CORRETA: Aos pais da falecida, em concorrência com o cônjuge.

17. Marcos, menor com 14 anos de idade, praticou ato infracional análogo ao crime de roubo, sendo apreendido em flagrante, em 14/01/2020. Foi, então, decretada a sua internação provisória, ficando o menor internado até 14/05/2020, data em que ainda não havia sido prolatada a sentença. Sobre essa situação, marque a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) foi regular a duração da internação provisória, já que não durou mais do que 6 (seis) meses.
- b) foi regular a duração da internação provisória, por ter observado prazo razoável.
- c) foi irregular a duração da internação provisória, já que, antes da sentença, a medida pode durar, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) foi irregular a internação provisória, por não ter previsão dessa medida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA CORRETA: Foi irregular a duração da internação provisória, já que, antes da sentença, a medida pode durar, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias.

18. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), assinale a alternativa INCORRETA:



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- b) As transações referentes a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, mas não passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial, por ausência de previsão legal.
- c) Caso o idoso ou seus familiares não possuam condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- d) A pensão alimentícia será prestada ao idoso na forma da lei civil.

RESPOSTA CORRETA: As transações referentes a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, mas não passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial, por ausência de previsão legal.

19. Em ação envolvendo Direito do Consumidor, pode ser invertido o ônus da prova, a favor do consumidor, quando:

- a) houver verossimilhança nas alegações e, necessariamente, for o consumidor hipossuficiente.
- b) apenas quando houver verossimilhança nas alegações.
- c) apenas quando for hipossuficiente o consumidor.
- d) houver verossimilhança nas alegações ou quando for o consumidor hipossuficiente

RESPOSTA CORRETA: Houver verossimilhança nas alegações ou quando for o consumidor hipossuficiente

20. De acordo com a Lei Complementar 80/1994, os prazos processuais do Defensor Público Estadual são contados:

- a) apenas em dias úteis.
- b) em dobro.
- c) em quádruplo.
- d) em dobro apenas para recursos.

RESPOSTA CORRETA: Em dobro.

PROCESSO CIVIL

21. Leia os enunciados abaixo:

I. O processo civil é ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições da Lei nº 13.105, de 2015.

II. Na ausência de normas que regulem processos administrativos, as disposições da Lei nº 13.105, de 2015, lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

III. Para demandar em juízo é imprescindível ter interesse e legitimidade.

IV. Na contestação, é vedado ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexas com a ação principal ou com o fundamento da defesa.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Diante das asserções acima, marque a alternativa CORRETA:

- a) A afirmação englobada no item I é verdadeira, e as inclusas nos itens II, III e IV são falsas;
- b) A assertiva contida no item II é verdadeira, e as encerradas nos itens I, III e IV são falsas;
- c) As asserções incluídas nos dois primeiros itens são verdadeiras e as constantes nos dois últimos são falsas.
- d) As afirmativas inclusas nos itens I, II e III são verdadeiras, mas é falsa a do item IV;

RESPOSTA CORRETA: As afirmativas inclusas nos itens I, II e III são verdadeiras, mas é falsa a do item IV

22. Assinale a resposta CORRETA:

- a) O processo tem início por atividade da parte e prossegue por impulso oficial, exceto as situações excepcionais previstas em lei;
- b) Excepcionalmente, certas ameaças ou lesões a direito podem ser excluídos da apreciação jurisdicional;
- c) No processo civil é vedada a arbitragem;
- d) Em nenhuma hipótese pode ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

RESPOSTA CORRETA: O processo tem início por atividade da parte e prossegue por impulso oficial, exceto as situações excepcionais previstas em lei;

23. O Código de Processo Civil em vigor ao tratar acerca das normas fundamentais do Processo Civil, preceitua que:

- a) é assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, bem como o efetivo contraditório;
- b) é assegurado o tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório;
- c) é assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus e à aplicação de sanções processuais;
- d) é garantida às partes uniformidade de tratamento em relação ao exercício de direitos e direitos processuais, aos modos de defesa, aos ônus, às obrigações e à observância de sanções processuais, cabendo ao juiz velar pelo real contraditório.

RESPOSTA CORRETA: É garantida às partes uniformidade de tratamento em relação ao exercício de direitos e direitos processuais, aos modos de defesa, aos ônus, às obrigações e à observância de sanções processuais, cabendo ao juiz velar pelo real contraditório

24. Assinale a alternativa que apresenta o princípio pelo qual cada faculdade processual deve ser exercitada dentro da fase adequada, sob pena de se perder a oportunidade de praticar o ato respectivo.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) Princípio da verdade real;
- b) Princípio da economia processual;
- c) Princípio da eventualidade ou da preclusão;
- d) Princípio da duração razoável do processo.

RESPOSTA CORRETA: Princípio da eventualidade ou da preclusão;

25. Destacamos abaixo alguns recursos que estão previstos no nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa CORRETA somente com relação aos recursos expressamente mencionados no Código de Processo Civil brasileiro (Lei nº 13.105/2015):

- I – recurso em sentido estrito;
- II – agravo de instrumento;
- III – agravo interno;
- IV – recurso de revista;
- V – agravo de petição;
- VI – embargos de declaração;
- VII – recurso extraordinário.

- a) Todos os recursos acima se encontram previstos no CPC;
- b) os recursos constantes nos itens II, III, VI e VII;
- c) os recursos relacionados nos itens I, II, IV, VI e VII;
- d) os recursos dos itens I, II, IV, VI e VII.

RESPOSTA CORRETA: Os recursos constantes nos itens II, III, VI e VII;

26. Veja o enunciado abaixo e, com base nele, marque a alternativa ERRADA:

“A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.”

- a) O prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, nos termos do art. 183, § 1º;
- b) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada;
- c) O disposto no caput aplica-se aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.
- d) 4º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando o juiz estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

RESPOSTA CORRETA: 4º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando o juiz estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

27. Com relação às atribuições da Defensoria Pública consignadas no Código de Processo Civil, marque a opção CORRETA:

- a) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita, excetuando-se o pagamento das taxas legais.
- b) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma total e gratuita.
- c) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, ressalvados os estrangeiros, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
- d) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais disponíveis e coletivos dos necessitados, em primeira instância, de forma integral e gratuita.

RESPOSTA CORRETA: A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma total e gratuita.

28. Sobre a verificação dos prazos e as penalidades consequentes é correto afirmar que:

- a) O membro do Parquet, o defensor público e os advogados privados ou públicos devem devolver os autos no prazo do ato a ser praticado.
- b) Verificada a falta, em qualquer situação, o juiz poderá comunicar o fato à seção local da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.
- c) Se a situação envolver membro do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, a multa, quando aplicada, será imputada diretamente ao órgão a que pertencer o agente público responsável pelo ato o qual deverá ajuizar ação regressiva contra o causador do dano ao erário.
- d) O Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno, sendo, contudo, vedada tal iniciativa às próprias partes.

RESPOSTA CORRETA: O membro do Parquet, o defensor público e os advogados privados ou públicos devem devolver os autos no prazo do ato a ser praticado.

29. Estabelece a Lei nº 13.105/2015 que a petição inicial deve vir acompanhada de procuração, que conterà os endereços do advogado, eletrônico e não eletrônico. Com relação ao tema tratado na lei acima mencionada podemos assinalar corretamente que:

- a) Em nenhuma hipótese pode ser dispensada a juntada da procuração concomitantemente com a petição inicial;
- b) Dispensa-se somente no caso do art. 104 do CPC (Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente);
- c) Quando a representação da parte estiver a cargo da Defensoria Pública;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

d) Se a parte estiver representada por defensor público ou advogado dativo, este desde que comprovadamente atuando pro bono.

RESPOSTA CORRETA: Quando a representação da parte estiver a cargo da Defensoria Pública;

30. Observe as afirmações abaixo sobre a sentença de mérito, transitada em julgado e veja quais as situações que não se prestam a fundamentar a ação rescisória:

I – se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II – for proferida por juiz impedido ou por juízo relativamente incompetente;

III – ofender a coisa julgada;

IV – for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo judicial ou administrativo ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

V – obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência já tinha ciência, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

a) I e III;

b) II, IV e V;

c) II, III e V;

d) I, II e IV.

RESPOSTA CORRETA: II, IV e V;

DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça a pessoa, teremos o instituto do arrependimento eficaz se o agente reparar o dano ou restituir a coisa por ato voluntário, até o oferecimento da denúncia ou queixa, devendo a pena ser reduzida de um a dois terços;

b) No que se refere ao instante em que o crime se considera praticado, a lei penal brasileira adotou a teoria da ubiquidade, afastando a teoria da atividade;

c) No erro de tipo, verifica-se a exclusão da culpa do agente, isentando-o de pena, enquanto que no erro de proibição tem-se a exclusão do dolo, se inescusável, e a exclusão da culpa, se escusável.

d) No crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, caso o suicídio se consuma ou se da automutilação resulte morte, sendo a vítima menor de 14 anos ou não tiver o necessário discernimento para a prática do ato, ou, por qualquer outra causa não puder oferecer resistência, responde o autor por crime de homicídio;

RESPOSTA CORRETA: No crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, caso o suicídio se consuma ou se da automutilação resulte morte, sendo a vítima



menor de 14 anos ou não tiver o necessário discernimento para a prática do ato, ou, por qualquer outra causa não puder oferecer resistência, responde o autor por crime de homicídio;

32. De acordo com o disposto no Código Penal, está INCORRETO o item:

- a) É isento de pena o agente que, em virtude de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos.
- d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em dois anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

RESPOSTA CORRETA: São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos.

33. Edwiges foi denunciada pelo delito de furto qualificado, porque, no dia 05 de Julho de 2020, teria subtraído, mediante abuso de confiança, R\$2.000,00 da loja onde trabalhava como gerente. Após a instrução processual foi condenada nos termos da denúncia. Ao realizar a dosimetria da pena, o Magistrado fixou a pena base no mínimo legal, ou seja, a pena base ficou em 2 anos. Na segunda fase, aplicou a agravante de reincidência e aumentou a pena em 1/6 (um sexto), sob o fundamento de que a ré possuía uma condenação anterior transitada em julgado antes da prática desse novo delito. Sobre a condenação anterior de Edwiges, o Juiz argumentou que, embora tenha ela recebido livramento condicional em 21 de Maio de 2013 e o direito não tenha sido revogado, o livramento somente expirou em 21 de Maio de 2015, sendo que a decisão que declarou extinta a pena foi proferida em maio de 2018. Assim, com base tão somente na reincidência da ré, o Juiz impôs o regime fechado para início de cumprimento da pena. Considerando a pena e o regime fixados, a decisão proferida está:

- a) Em desacordo com os preceitos do CP, já que a condenação anterior foi atingida pelo período depurador, logo, a ré é primária, podendo ser aplicado o regime inicial aberto, uma vez que a pena fixada é inferior a quatro anos;
- b) Correta, porque o período depurador referente à condenação anterior começou a correr em 21 de Maio de 2015, logo, a ré é reincidente e o regime cabível é o fechado;
- c) Errada, porque a condenação anterior já foi atingida pelo período depurador, logo, a ré é primária, podendo ser aplicado o regime inicial semiaberto, uma vez que a pena imposta é igual ou inferior a 4 anos;
- d) Errada, porque, embora a ré seja reincidente, a pena a ela imposta é inferior a quatro anos, sendo, portanto, cabível o regime inicial semiaberto, de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores

RESPOSTA CORRETA: Em desacordo com os preceitos do CP, já que a condenação anterior foi atingida pelo período depurador, logo, a ré é primária, podendo ser aplicado o regime inicial aberto, uma vez que a pena fixada é inferior a quatro anos;



34. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Enquanto não cumprido ou não rescindido o ANPP (acordo de não persecução penal), não corre a prescrição;
- b) A publicação da sentença absolutória é uma das causas interruptivas da prescrição;
- c) quando há concurso de crimes, a extinção da punibilidade não incidirá sobre a pena de cada um isoladamente;
- d) O crime de prevaricação consuma-se quando o agente deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse próprio ou alheio

RESPOSTA CORRETA: Enquanto não cumprido ou não rescindido o ANPP (acordo de não persecução penal), não corre a prescrição;

35. Demóstenes, aproveitando-se da ausência de sua esposa, decidiu ir até o quarto de sua enteada Jéssica, que à época contava com 19 anos de idade. Ao perceber que Jéssica estava dormindo, Demóstenes se aproximou de sua cama, apalpou seus seios e começou a acariciar sua genitália por dentro da calcinha. Ocorre que, nesse momento, o irmão de Jéssica chegou à casa e, ao presenciar a cena, começou a gritar, momento em que Demóstenes se afastou da jovem e fugiu. O tipo penal em que incorreu Demóstenes, sem analisar se o delito teria se dado na forma consumada ou tentada é:

- a) Constrangimento ilegal (art. 146, caput, do CP).
- b) Estupro (art. 213, caput, do CP).
- c) Estupro de vulnerável (art. 217-A, § 1º do CP).
- d) Violação sexual mediante fraude (art. 215, caput, do CP).

RESPOSTA CORRETA: Estupro de vulnerável (art. 217-A, § 1º do CP).

36. Álvaro, funcionário público, exercia suas funções no Departamento de Trânsito estadual e recebeu quantia em dinheiro de uma autoescola para aprovação e fornecimento de carteira de habilitação aos candidatos nela matriculados, sem os necessários exames. Álvaro cometeu crime de:

- a) Peculato
- b) Corrupção passiva
- c) Corrupção ativa
- d) Concussão

RESPOSTA CORRETA: Corrupção passiva

37. Analise as assertivas acerca do crime de feminicídio e da Lei sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e marque a alternativa CORRETA:

- a) A despeito de haver risco a integridade física da ofendida ou a efetividade da medida protetiva de urgência, poderá ser concedida liberdade provisória ao agressor preso;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- b) A circunstância de descumprimento de medida protetiva de urgência imposta ao agressor, consistente na proibição de aproximação da vítima, constitui causa de aumento de pena no delito de feminicídio;
- c) Não há possibilidade de ajuizamento da ação de divórcio ou dissolução de União Estável no Juizado de Violência doméstica e familiar contra a mulher;
- d) Apenas a autoridade judicial e o delegado de polícia poderá determinar o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

RESPOSTA CORRETA: A circunstância de descumprimento de medida protetiva de urgência imposta ao agressor, consistente na proibição de aproximação da vítima, constitui causa de aumento de pena no delito de feminicídio;

38. A respeito da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e os recentes entendimentos jurisprudenciais acerca desse tema, podemos afirmar:

- a) Condenação anterior, transitada em julgado, pelo crime do art.28 da Lei 11.343/06 pode ser utilizada para fundamentar reincidência do sentenciado, conforme entendimento do STJ.
- b) Não é possível à autoridade policial lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e requisitar exames e perícias em caso de flagrante de uso ou posse de entorpecentes para consumo próprio, desde que ausente a autoridade judicial;
- c) Não constitui crime oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento para juntos a consumirem;
- d) O instituto do tráfico privilegiado requer, para sua aplicação, que o agente primário, tenha bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, nem integre organização criminosa;

RESPOSTA CORRETA: O instituto do tráfico privilegiado requer, para sua aplicação, que o agente primário, tenha bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, nem integre organização criminosa;

39. De acordo com as diretrizes da Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), podemos afirmar corretamente o que segue:

- a) Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, exceto se for de forma transitória ou sem remuneração;
- b) Os crimes previstos nesta Lei será de ação pública incondicionada, não se admitindo ação privada subsidiária;
- c) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;
- d) Constitui apenas infração administrativa impedir que o réu preso, o réu solto ou o investigado se entreviste pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso de interrogatório ou no caso de audiência realizada por videoconferência.

RESPOSTA CORRETA: Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade,



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;

40. Considerando a Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do desarmamento), crimes hediondos (Lei 8072/90) e os crimes tipificados na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente, analise os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O crime de posse irregular de arma de fogo não faz distinção, em seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito;
- b) Nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo, o fato de o agente ser integrante de empresa de segurança privada não influencia na dosimetria da pena a ser aplicada;
- c) Considera-se hediondo o crime de lesão corporal seguida de morte contra cônjuge de integrante da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição;
- d) Embora não prevista a forma culposa, constitui crime deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção a saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.

RESPOSTA CORRETA: Considera-se hediondo o crime de lesão corporal seguida de morte contra cônjuge de integrante da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. I. Paulo foi denunciado e não foi localizado no endereço fornecido nos autos para a sua citação pessoal. Em seguida, foi citado por edital, no entanto, não compareceu, nem constituiu advogado. Neste caso, a Defensoria Pública deverá ser nomeada para providenciar o imediato prosseguimento do feito, resguardando o contraditório e a ampla defesa. II. Na hipótese de abandono do caso pelo advogado do acusado após a apresentação de apelação, caberá ao juiz nomear a Defensoria Pública para representar os interesses do réu antes do julgamento do recurso, independentemente de sua intimação pessoal. III. Na citação por edital, faz-se necessária a transcrição da denúncia ou queixa, sob pena de nulidade.

Tratando-se do direito de defesa do acusado no processo penal, tem-se que:

- a) Todas as hipóteses estão incorretas.
- b) III está correta, apenas.
- c) III e II estão corretas, apenas.
- d) I está correta, apenas.

RESPOSTA CORRETA: Todas as hipóteses estão incorretas.

42. Márcio foi indiciado pela prática de furto qualificado mediante o uso de chave falsa, previsto no artigo 155, § 4º, III, Código Penal Brasileiro, com uma pena em abstrato de reclusão de (02) dois a (08) oito anos, e multa. O Ministério Público entende que não é caso de arquivamento e Márcio deseja firmar um acordo de não persecução penal. Sobre o tema,



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

marque o item correto:

- a) Não será possível a realização do acordo de não persecução penal em razão de a pena máxima em abstrato ser superior a 04 (quatro) anos de reclusão.
- b) Para a realização do acordo, Márcio não pode ter sido beneficiado, nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal ou suspensão condicional do processo, não havendo vedação em relação à transação penal neste período.
- c) Caso Márcio venha a realizar o acordo de não persecução penal com o Ministério Público, é dever legal do juiz homologá-lo, salvo se restar comprovado que Márcio sofreu coação moral irresistível.
- d) Dentre as condições a serem ajustadas para Márcio, cumulativa e alternativamente, no bojo do acordo, está a de reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.

RESPOSTA CORRETA: Dentre as condições a serem ajustadas para Márcio, cumulativa e alternativamente, no bojo do acordo, está a de reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.

43. Sobre a atuação defensiva no processo penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) Ainda haja defensor público atuando nos autos da ação penal, será necessária a intimação pessoal do réu preso de sentença condenatória.
- b) Dentre as atribuições do defensor público não está a de requerer que acusado seja submetido a exame médico-legal, quando houver dúvida sobre a sua integridade mental, cabendo ao juiz ordenar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso aos elementos da prova em andamento em procedimentos investigatório, ainda que não documentadas, que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) A presença do defensor/advogado para todos os atos processuais é indispensável, exceto se o acusado estiver foragido.

RESPOSTA CORRETA: Ainda haja defensor público atuando nos autos da ação penal, será necessária a intimação pessoal do réu preso de sentença condenatória

44. Sobre a prisão, as medidas cautelares e a liberdade provisória, analise as seguintes situações hipotéticas e marque a assertiva CORRETA:

- a) José foi preso em flagrante por suposta prática de receptação qualificada, prevista no artigo 180, § 1º, Código Penal Brasileiro, com uma pena em abstrato de 03 a 08 oito anos de reclusão e multa. Neste caso, a autoridade policial, na lavratura do auto de prisão em flagrante, poderá conceder a fiança.
- b) Daniel, na lavratura do auto de sua prisão em flagrante, recusa-se a assiná-lo. Diante disto, devem assinar pelo menos duas pessoas que tenham ouvido sua leitura na presença de Daniel.
- c) Luís foi preso em flagrante e não informou o nome de seu advogado. Em razão disto, a cópia integral do auto de prisão em flagrante deve ser encaminhada à Defensoria Pública em até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de nulidade.
- d) João, de 72 (setenta e dois) anos de idade, teve sua prisão preventiva decretada para assegurar a aplicação da lei penal. Neste caso, em razão da idade avançada de João, o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar, nos termos do Código de Processo Penal.



RESPOSTA CORRETA: Daniel, na lavratura do auto de sua prisão em flagrante, recusa-se a assiná-lo. Diante disto, devem assinar pelo menos duas pessoas que tenham ouvido sua leitura na presença de Daniel.

45. Sobre a prova no processo penal, analise as seguintes assertivas e, em seguida, marque os itens INCORRETOS, nos termos do Código de Processo Penal:

I. A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito, direto ou indireto, ainda que da infração penal tenham resultado vestígios.

II. Na realização do interrogatório, como regra, é direito do acusado a entrevista prévia e reservada com o defensor, no entanto, tratando-se de audiência realizada através de videoconferência, em nome do princípio da eficiência, pode o juiz denegar a entrevista prévia.

III. Na inquirição de testemunhas durante a instrução processual, as perguntas devem ser direcionadas à autoridade judicial, que as encaminhará à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

São incorretos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

RESPOSTA CORRETA: I, II e III.

46. Sobre a sentença é correto afirmar:

a) Pode o juiz dar nova definição jurídica ao fato denunciado, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, salvo se, em consequência, tenha de aplicar ao réu pena mais severa.

b) Diante da amplitude de defesa e do princípio da congruência, não é possível a condenação por agravantes ou atenuantes não descritas na denúncia

c) Após finalizada a instrução probatória, caso o Ministério Público entenda ser cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública.

d) Da sentença, é cabível, de qualquer das partes, no prazo de 03 (três) dias, requerimento ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambigüidade, contradição ou omissão.

RESPOSTA CORRETA: Após finalizada a instrução probatória, caso o Ministério Público entenda ser cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

47. Nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA sobre a prisão domiciliar na fase de conhecimento:

- a) A prisão domiciliar consiste no recolhimento noturno em Casa de Albergado com monitoração eletrônica.
- b) Para a gestante depende de comprovação do risco da gravidez ou de estar com pelo menos (06) seis meses de gestação.
- c) Pode ser concedida ao preso se for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.
- d) Não há vedação legal à imposição de prisão domiciliar à mulher gestante ou mãe em caso de cometimento de crime com violência ou grave ameaça, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho, ascendente ou dependente.

RESPOSTA CORRETA: Pode ser concedida ao preso se for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.

48. É correto afirmar sobre a audiência de custódia:

- a) A sua realização não tem caráter obrigatório, em razão de não estar expressamente regulamentada no Código de Processo Penal.
- b) Não havendo motivo idôneo, a autoridade que der causa à não realização da audiência de custódia no prazo legal responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão.
- c) Após o decurso de 24 (vinte e quatro) horas do prazo máximo estabelecido no Código de Processo Penal sem a realização da audiência de custódia sem motivação idônea, deverá o defensor público pleitear, com urgência, sua realização, no entanto, tal fato não ensejará a ilegalidade da prisão, devendo ser mantida até a realização do ato.
- d) Pode ser utilizada como um momento de interrogatório do custodiado, desde que acompanhado por seu defensor e cientificado do seu direito de permanecer em silêncio.

RESPOSTA CORRETA: Não havendo motivo idôneo, a autoridade que der causa à não realização da audiência de custódia no prazo legal responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão.

49. Sobre o procedimento do Tribunal do Júri, pode-se afirmar:

- a) Será caso de impronúncia do réu, caso restar devidamente comprovado não ser ele autor ou partícipe do fato.
- b) A ordem dos quesitos é definida pelo juiz a partir do caso concreto diante da ausência de uma ordem legal pré-estabelecida.
- c) Na decisão de pronúncia, não deve o juiz especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena, sob pena de incorrer em excesso de linguagem.
- d) Durante a instrução em plenário, podem os jurados formular perguntas por intermédio do juiz presidente.

RESPOSTA CORRETA: Durante a instrução em plenário, podem os jurados formular perguntas por intermédio do juiz presidente.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

50. Conforme dispõe o Código de Processo Penal sobre as citações e intimações, analise as seguintes situações hipotéticas e marque a alternativa CORRETA:

- a) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- b) Maurício reside no exterior, em endereço sabido, e foi determinada a sua citação nos autos de ação penal. Neste caso, a sua citação deve ser feita por carta rogatória, não havendo necessidade de suspensão do prazo prescricional, em razão de ter seu paradeiro conhecido.
- c) A citação por hora certa se dará quando o oficial de justiça verificar que o réu se oculta para não ser citado, e tem como consequência a suspensão do processo e do prazo prescricional.
- d) Na hipótese de citação por edital, a lei prevê que o edital deve indicar o nome do réu, e caso este seja desconhecido, será frustrada a citação, ficando o processo e o prazo prescricional suspenso até sua identificação.

RESPOSTA CORRETA: O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

